



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA  
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0070  
BI-2024-0075

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 23/05/2024      **Hora:** 12h15      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Extraordinária

**Inspetor responsável:** Luis MAS. Machado

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

A inspeção foi realizada em resposta a um pedido de colaboração da Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico – Açores DMO (Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas) no âmbito do processo de certificação da Região como destino turístico sustentável.

No local, fomos acompanhados pela Técnica Superior de Recursos Naturais da EDA Renováveis, SA.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** EDA Renováveis, SA      **NIPC/NIF:** 512026840

**Sede/morada:** Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada da Lagoa do Fogo

**Código Postal:** 9600-590      **Freguesia:** Ribeira Grande (Conceição)

**Concelho:** Ribeira Grande      **Ilha:** Ilha de São Miguel

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Parque Eólico do Salão

**Endereço:** Zona do Cabouco

**Código Postal:** 9900-501      **Freguesia:** Salão

**Concelho:** Horta      **Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade principal:** 35113 - Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e.

**Outras atividades:** -

**Período de funcionamento:** -



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Licenciamento da atividade:** Licença de Exploração da DRE: Processo n.º 30-7003/10 (2963/F)

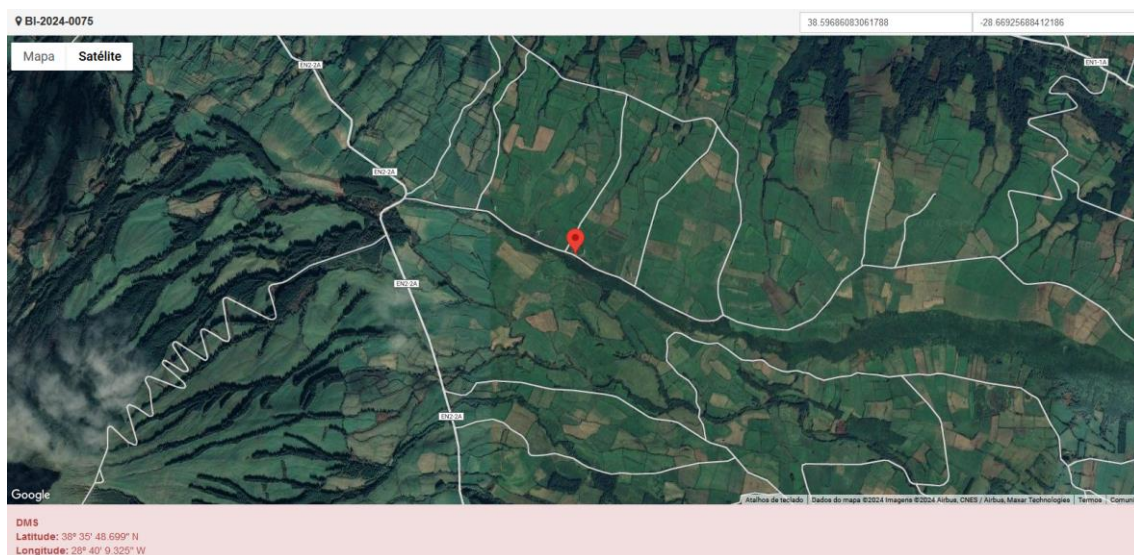


Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Descrição da instalação

O parque eólico do Salão é composto por 5 aerogeradores de 850 kW cada (Vestas V52-850 KW), perfazendo uma potência instalada global de 4250 KW, que se destina a alimentar a rede de transporte e distribuição de energia elétrica de serviço público da ilha do Faial.

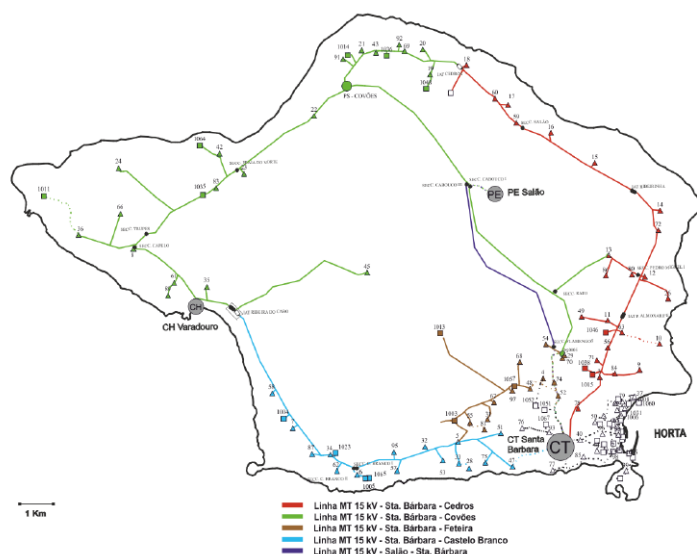


Figura 2 - Rede de média tensão (MT) da ilha do Faial. A localização do parque eólico está sinalizada com a sigla PE (Fonte: EDA).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

## **2.2 – Descrição da situação observada**

As implicações ambientais do parque eólico, em matéria de legislação ambiental, estão ligadas às fases de projeto e de exploração.

Relativamente à fase de projeto, o parque eólico da Boca da Vereda não estava abrangido por Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), por ter menos de 20 torres ou potência menor que 20 MW, pelo que não existem condições a verificar nesta matéria.

Relativamente à fase de exploração, as matérias a verificar são essencialmente a gestão de resíduos relacionados com a lubrificação dos rotores e manutenção das torres, tendo sido declarados no SRIR, em 2023, os seguintes resíduos classificados como perigosos:

- 150202 (\*) absorv., mat. Filtrant. (incluindo filt. de óleo não anteriormente especif.), panos de limpeza e vest. de proteção contaminados por subst. Perigosas;
- 160107 (\*) filtros de óleo;
- 200121 (\*) lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio.

No entanto, no Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR), elaborado em 21/05/2024, refere que os resíduos produzidos são os das seguintes tipologias: 130208\*; 150110\*; 150202\*; 150101; 150102; 130111\*; 200399; 170201 e 160214, não constando as tipologias de resíduos 160107\* e 200121\*, produzidos em 2023.

Nas instalações dispunham de recipientes, devidamente identificados, para o acondicionamento e armazenagem das tipologias de resíduos constantes do PIPGR.

## **2.3 – Outras informações obtidas**

A EDA Renováveis está inscrita no SRIR, tendo submetido os mapas (SRIR) relativos aos anos de 2022 e 2023.

A entidade dispõe de um Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR) específico para o estabelecimento/instalação, de 21/05/2024. Não foi comprovado que o PIPGR tenha sido enviado à autoridade ambiental para aprovação (foi verificado através da plataforma do SRIR, a 24/06/2024, que o mesmo não se encontrava aprovado pela DRAAC).

Foram disponibilizadas as fichas de dados de segurança dos produtos lubrificantes e dos produtos de manutenção das torres, tendo-se verificado que as fichas de diversos produtos se encontravam em inglês.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

## **2.4 – Enquadramento legal**

- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos.
- Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro, que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).

## **3 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

O incumprimento da obrigação do envio do plano interno de prevenção e gestão de resíduos para aprovação, em violação do disposto nos n.º 2 e 3 do art.º 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve prevista pela alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do art.º 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

## **4 – Indicações e medidas adotadas**

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à DMO, para conhecimento.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

Ponta Delgada, 24 de junho de 2024

O Inspetor Principal